

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 20 de outubro de 2026 • Nº 2407 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Alta da energia
pressiona
inflação

PÁGINA 5

FGV

Economia cresce 0,5% em agosto após quedas

Depois de dois meses de re-
cuo, a economia brasileira vol-
tou a crescer e apresentou ex-
pansão de 0,5% na passagem
de julho para agosto. Como re-
sultado, o desempenho chega
a 1,8% no acumulado de 12
meses. A constatação faz par-
te do Monitor do PIB, estudo
mensal elaborado pelo Insti-
tuto Brasileiro de Economia
(Ibre) da Fundação Getulio
Vargas (FGV), divulgado on-
tem. A pesquisa faz estimati-
vas sobre o comportamento
do Produto Interno Bruto
(PIB), indicador do conjunto
de todos os bens e serviços
produzidos no país, reunindo
dados da indústria, comércio,
serviços e agropecuária. O
Monitor do PIB é considerado
um “termômetro” da econo-
mia e funciona como uma pré-
via do PIB oficial. Veja o com-
portamento da economia na
comparação entre meses se-
guidos, de acordo com o le-
vantamento:

- Agosto: 0,5%
- Julho: -0,3%
- Junho: -0,9%
- Maio: 0,6%
- Abril: 0,3%
- Março: 0,1%
- Fevereiro: 0,5%
- Janeiro: 0,6%

PÁGINA 2

Ação do PSD

Zanin pede parecer da PGR e AGU sobre 2º turno no RJ

O ministro do Supremo Tribunal Federal Cris-
tiano Zanin pediu ontem a manifestação da Pro-
curadoria-Geral da República (PGR) e da Advoca-
cia-Geral da União (AGU) sobre a ação que pede a
realização de segundo turno para governador do
estado do Rio de Janeiro. Com a decisão, os ór-
gãos terão prazo de cinco dias para enviar um pa-
recer ao Supremo. O Tribunal Superior Eleitoral
(TSE) também será ouvido. **PÁGINA 5**

2027

Governo pretende realocar R\$ 20 bilhões no Orçamento

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em nota divulga-
da ontem, reafirmou que as medidas anunciadas pelo governo federal às
vésperas das eleições demandam um remanejamento de apenas R\$ 20
bilhões no Orçamento de 2027 e representam 1% do total de despesa pri-
mária sujeita ao limite de gastos. Em setembro, Lula anunciou um reajus-

te de 15,04% no Bolsa Família, com impacto de R\$ 22,7 bilhões para 2027.
Pouco depois, anunciou o Desenrola 3.0, que deve custar R\$ 15 bilhões às
contas públicas até 2028, com desembolso de R\$ 5 bilhões no primeiro
ano. A proibição das bets por Medida Provisória, por sua vez, culmina em
uma renúncia estimada em R\$ 5,2 bilhões para o próximo ano. **PÁGINA 3**

NADA A TEMER



PT

Lula entrega hoje ao TSE pedido de abertura de sigilo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), candidato à reeleição
(PT), disse que vai entregar hoje ao presidente do Tribunal Superior
Eleitoral (TSE) uma autorização para quebra de seu sigilo telefônico
e bancário e de sua família. Lula também desafiou, o adversário, Flá-
vio Bolsonaro (PL), a abrir seu sigilo bancário e fiscal. O desafio foi
feito ontem em Porto Alegre onde Lula participou de um ato no Cen-

tro Histórico da cidade. “Eu vou entregar isso amanhã, no Tribunal
Eleitoral, na expectativa de que o candidato adversário apresente a
abertura do seu sigilo, das suas empresas e da sua família. E por que
que eu estou fazendo isso? Porque é preciso de uma vez por toda aca-
bar com a história de ladrão ficar chamando gente honesta de la-
drão”, disse. **PÁGINA 6**

PROTESTO



PAULO PINTO/ABRASIL

Ato em SP cobra neutralidade da Meta nas eleições

Centenas de manifestantes protestaram no
começo da noite de ontem, na região das sedes
da Meta e do Google, na zona oeste de São Pau-
lo. Com o slogan “Meta, não se meta”, os parti-
cipantes apontaram censura nas participações de
ativistas nas redes sociais, falta de neutralidade
na mediação dos conteúdos e defesa de interes-
ses próprios na gestão dos conteúdos e comuni-
dades. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA (0,54%) / 205.430,33 / 1.106,07 / Volume: 84.266.876.635 / Negócios: 4.833.948										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00		IGP-M	1,57% (set.)		EURO turismo						
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento				%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604		IPCA	0,82% (set.)		Compra	5,7549	Venda	5,9349			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.															
MGLU3	11,11	+6,93	+0,72	PSVM11	14,00	+32,08	+3,40	PDGR3F	0,26	-72,63	-0,69	Dow Jones	52.002,41	-0,34	Taxa Selic	(16/09)	13,75%	CDI	(16/09)	13,65%	DÓLAR Ptax - BC					
PETRA	59,68	+4,04	+2,32	FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02	PDGR3	0,25	-72,22	-0,65	S&P 500	7.659,44	-1,09	TR	(17/10)	0,1687%	BM&F/grama/RJ	R\$ 672,24	Compra	5,0826	+0,60%				
COGN3	2,89	-0,34	-0,01	AZEV3	12,55	+15,14	+1,65	VIVR3	3,77	-24,30	-1,21	US Tech 100	28.320	-2,75	Poupança	(17/10)	0,6695%	EURO Comercial		Compra	5,0722	Venda	5,0728			
BBA33	23,63	-0,55	-0,13	AZEV3F	12,51	+14,56	+1,59	FSPE11F	0,24	-17,24	-0,05	Euronext 100	1.875,17	+0,67						Compra	5,0722	Venda	5,0728			
SRSP3	32,20	+1,04	+0,33	MNDL3F	18,21	+11,72	+1,91	VIVR3F	4,07	-16,94	-0,83	CAC 40	7.956,7	+0,28						EURO turismo						
												FTSE 100	10.881,9	+0,38					Compra	5,7010	Venda	5,7016	Compra	5,0926	Venda	5,2726

2027

Governo pretende realocar R\$ 20 bilhões no Orçamento

FLÁVIA SAID
E FRANCO DANTAS/AE

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em nota divulgada ontem, reafirmou que as medidas anunciadas pelo governo federal às vésperas das eleições demandam um remanejamento de apenas R\$ 20 bilhões no Orçamento de 2027 e representam 1% do total de despesa primária sujeita ao limite de gastos.

Em setembro, Lula anunciou um reajuste de 15,04% no Bolsa Família, com impacto de R\$ 22,7 bilhões para 2027. Pouco depois, anunciou o Desenrola 3.0, que deve custar R\$ 15 bilhões às contas públicas até 2028, com desembolso de R\$ 5 bilhões no primeiro ano. A proibição das bets por Medida Provisória, por sua vez, culmina em uma renúncia estimada em R\$ 5,2 bilhões para o próximo ano. Além disso, anunciou linhas de crédito para motoristas de aplicati-

vos, Pé-de-Meia para universitários, tarifa zero no transporte público e o Prospera MEI, com impulsos aos microempreendedores.

Algumas das medidas foram anunciadas mas ainda não foram implementadas.

Segundo a pasta, os ajustes serão realizados mantendo o limite total das despesas e a meta de resultado primário e serão encaminhados ao Congresso Nacional assim que for designado relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027.

"Todas essas ações são conduzidas com respeito à legislação fiscal e ao processo de consolidação das contas públicas. Esse esforço resultou na melhora do saldo primário de cerca de dois pontos percentuais do PIB ao longo do atual mandato e no compromisso, expresso na proposta orçamentária de 2027, de retomar os superávits primários", prosseguiu o MPO.

Nos últimos dias, surgiram

cálculos de que o impacto das medidas é maior do que o projetado pelo governo.

Segundo o governo, parcela significativa dos valores mencionados está diretamente relacionada às guerras em curso e à volatilidade dos preços dos combustíveis.

O MPO destacou que o Brasil está entre os países menos afetados por esses choques, e as medidas adotadas contribuíram para estabilizar os preços dos combustíveis.

"O princípio dessas ações é claro: proteger a população dos efeitos de guerras que não são suas, utilizando receitas extraordinárias decorrentes da alta do petróleo para financiar medidas de proteção, preservando a neutralidade fiscal. Mais de 40 países adotaram políticas semelhantes de estabilização dos preços dos combustíveis", argumentou a pasta.

Há também, de acordo com o MPO, medidas destinadas a reduzir os efeitos da imposição

unilateral de tarifas pelos Estados Unidos à economia brasileira. "O governo brasileiro entende que é dever do Estado proteger a população e a atividade econômica dos impactos de decisões externas sem fundamentação técnica."

Por fim, o ministério disse ser necessário fazer uma distinção entre despesas públicas primárias e financeiras, que têm naturezas, finalidades e impactos fiscais diferentes. "Essas despesas estão amparadas na legislação vigente e respondem a demandas legítimas da sociedade brasileira, como a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de aplicativos, o acesso à casa própria, a ampliação da escolaridade e da produtividade, o fortalecimento da educação pública, a transição para uma economia verde, o estímulo aos investimentos, o acesso ao transporte público, a redução da pobreza energética e o apoio aos pequenos empreendedores por meio do crédito."

MCE

Minerais críticos e estratégicos empregam 129 mil pessoas no país

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

As atividades relacionadas ao setor de minerais críticos e estratégicos (MCE) para o Brasil somaram 129.423 empregos, em 2025, o equivalente a 57% dos 226.634 empregos da indústria extrativa mineral do país.

Quando comparado ao mesmo mercado de trabalho registrado em 2023, houve crescimento de 8,6% no período.

Os dados estão disponíveis no Portal de Minerais Críticos e Estratégicos, lançado na última semana pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

As unidades da federação que mais empregam são Minas Gerais (62.631 postos de trabalho); Pará (27.047); e Bahia (9.147).

Além dos dados sobre empregos, o painel permite consultar informações sobre o perfil dos trabalhadores, remuneração média e as 21 substâncias relacionadas a essas atividades, entre elas, alumínio, ouro, ferro, cobre, terras-raras, nióbio, titânio e lítio.

A análise do mercado formal de trabalho da indústria extrativa mineral na plataforma foi realizada a partir dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

PERFIL

De acordo com os dados do portal, a participação masculina (100.765 empregos) equivale a 78% do total de empregos

relacionados a minerais críticos e estratégicos (129.423). As mulheres ocupam os 22% restantes, 28.658 postos.

No gráfico de empregos, relacionados aos MCE, 51.714 são de mão de obra qualificada, o equivalente a 23% de todos os empregos.

Os trabalhadores com ensino superior somam 30.707, que representa 14%. Destes mais de 30 mil postos de trabalho, 19.060 são ocupados por homens e 11.647, por mulheres.

Quando considerados os empregos gerados por tipo de mineral, o extrativismo que mais emprega é do ferro (70.027 postos de trabalho). Seguido por metais preciosos que somam 21.313 empregos.

REMUNERAÇÃO

Em 2025, as remunerações médias dos trabalhadores de níveis de escolaridade fundamental, médio e superior foram respectivamente de R\$ 3.218; R\$ 4.142 e R\$ 11.856.

LOCALIDADES

O portal também mostra a distribuição territorial dos municípios produtores com um mapa geoespacial.

Entre os municípios com maior número de trabalhadores em atividades relacionadas aos MCE estão Parauapebas (PA), com 8.234 empregos; Nova Lima (MG), com 8.218; e Congonhas (MG), com 7.114.

Em Parauapebas, são 8.234 trabalhadores (71,4% do gênero masculino e 28,6% do gênero feminino), sendo 1.851 com nível superior.

SANTA CATARINA

Declarada emergência zoosanitária em 4 municípios por ‘Newcastle’

ISADORA DUARTE/AE

O governo federal declarou emergência zoossanitária em quatro municípios de Santa Catarina em virtude do foco da Doença de Newcastle (DNC) confirmado em uma granja comercial de perus ontem. A medida abrange os municípios de Nova Itaberaba, Águas Frias, Coronel Freitas e Nova Erechim e tem validade de 60 dias. A emergência foi declarada em portaria assinada pelo Ministério da Agricultura, que está em vigor, e publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

A emergência zoossanitária é o nível mais elevado de alerta em relação a questões sanitárias. Na prática, a medida permite maior agilidade em ações

de enfrentamento a questões sanitárias e articulação entre as unidades federativas.

Mais cedo, o Ministério da Agricultura confirmou a ocorrência de um caso de doença de Newcastle em um criadouro comercial no oeste catarinense, com 6 mil aves. A doença é viral. O foco está sendo controlado pelo serviço veterinário oficial com base no protocolo previsto no Plano de Contingência de Influenza Aviária e Doença de Newcastle, com restrição a propriedades na área próxima à granja e suspensão da saída de aves do local onde o foco foi identificado.

O ministério informou que o diagnóstico foi feito pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo (LFDA-SP), reconhecido pela Organiza-

ção Mundial de Saúde Animal (OMSA) como laboratório de referência internacional para o diagnóstico da DNC. A doença de Newcastle é uma doença viral que afeta aves domésticas e silvestres e causa sinais respiratórios seguidos por manifestações nervosas. Segundo o Ministério, o estabelecimento avícola foi "imediatamente interditado" e as aves serão eliminadas. Não há informações sobre a origem da doença. O Ministério esclareceu que o consumo de produtos avícolas inspecionados pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) "permanece seguro e sem contraindicações".

Este é o segundo caso já registrado de Newcastle em produção comercial no Brasil. O primeiro foi em 17 de julho de 2024, quando um caso foi iden-

tificado em um estabelecimento de avicultura comercial de corte em Anta Gorda, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o foco foi delimitado em menos de dez dias após a confirmação, com notificação de conclusão em 25 de julho daquele ano. As suspeitas à época eram de contaminação em virtude dos efeitos das enchentes registradas no Estado.

A doença de Newcastle é uma enfermidade viral altamente contagiosa que afeta aves domésticas e silvestres e causa sinais respiratórios, seguidos por manifestações nervosas. É uma doença de notificação obrigatória à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). A DNC não é transmitida pelo consumo de produtos avícolas inspecionados, que permanece sem contraindicações.

CORREÇÃO

Fecomercio pede atualização do teto das receitas das MPEs após ajuste no MEI e 6x1

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

A FecomercioSP avalia que a atualização do teto de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI), aprovada pelo Senado, é um avanço, mas insuficiente. Para a entidade, é urgente corrigir também os limites de receita das micro e pequenas empresas (MPEs) no Simples Nacional, congelados desde 2018. O tema ganha ainda mais peso diante da aprovação do fim da escala 6x1, que, na visão da Federação, tende a elevar custos e pressionar negócios de menor porte.

A preocupação maior é que a combinação entre a redução da jornada de trabalho e as adaptações exigidas pela Reforma Tributária provoque um choque de custos nas MPEs.

A FecomercioSP ressalta que o empresário vive incertezas sobre a aplicação prática do novo modelo e sequer conhece as alíquotas finais que incidirão sobre cada atividade. Nesse cenário, afirma, qualquer custo adicional pode ser decisivo para a continuidade das operações.

A entidade aponta que o fim da 6x1 exigirá reorganização de jornadas e poderá demandar



WALDEMIER BARRETO/AGÊNCIA SENADO

contratações, criação de turnos, adoção de modelos alternativos e até revisão de horários de funcionamento. Em empresas menores, com menor acesso a recursos financeiros e quadro enxuto de funcionários, a transição tende a ser mais difícil.

A Federação também chama atenção para os efeitos tributários da defasagem. Ela estima que uma empresa de pequeno porte que fatura R\$ 50 mil por mês paga cerca de 30% a mais de tributos do que pagaria se as faixas do Simples estivessem atualizadas. Segundo a FecomercioSP, os limites perderam 83%

do poder de compra desde 2018.

Para a entidade, corrigir a tabela não significa ampliar renúncia fiscal, mas fazer a recomposição monetária que deveria ser anual, pela inflação, como previsto no PLC 108/2021, aprovado no Senado e à espera de votação no plenário da Câmara.

FATIAMENTO

A FecomercioSP avalia que o "fatiamento" da atualização - com foco apenas no MEI - ocorre em momento delicado, agravando efeitos sobre a atividade econômica, empregos e sobrevi-

vência de pequenos negócios, além de gerar injustiça tributária e desestimular o empreendedorismo. Soma-se a isso, diz, a alta da inadimplência das micro, pequenas e médias empresas, que atingiu 6% em julho de 2026, segundo dados do Banco Central citados pela entidade, maior nível da série iniciada em janeiro de 2023.

A Federação informou ainda que articulou, com o senador Laercio Oliveira (PP-SE), emenda ao PLC 186/2026 para prever atualização monetária dos limites do Simples - incluindo sublimites para recolhimento de ICMS, ISS e IBS e mecanismo de correção anual pelo IPCA -, mas o texto final não incorporou a proposta.

Pelo projeto aprovado, o teto anual do MEI sobe de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028. O texto também amplia para dois o número de funcionários, permite contratação de substituto e fixa remuneração em um salário mínimo ou piso da categoria. A proposta segue para sanção presidencial. A FecomercioSP afirma que continuará mobilizada para atualizar os limites das demais faixas do Simples.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.286/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (FRASCO COLETOR E OUTROS) - (05 ITENS), estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.017099/2025-11. Abertura da sessão pública às 10h do dia 29/10/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.

CNPJ: 06.319.383/0001-41

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ENTRE SÓCIOS

A administração da **CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.** convoca seus sócios para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 03 de novembro de 2026, na sede da Sociedade, localizada na Rua do Ouvidor, nº. 60, Sala 1.314, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-030, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: exclusão, por justa causa, da sócia **MARIA RAQUEL LIRA DE ARRUDA**, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula Décima Quarta do Contrato Social, em razão de condutas que, segundo a administração, colocam em risco a continuidade da Sociedade, especialmente seu afastamento injustificado das atividades, ausência reiterada às reuniões de sócios e alteração de endereço sem comunicação à Sociedade. Fica assegurado à sócia **MARIA RAQUEL LIRA DE ARRUDA** o direito de comparecimento e de defesa na referida reunião.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de outubro de 2026

BRUNO FONSECA OLIVEIRA

Presidente da Sessão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 167/2026

OBJETO: o objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de consumo no âmbito do Pronatec EnergIIFE para o curso de Energias Renováveis da Uned Maria da Graça do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.002674/2026-57. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 20/10/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 31/10/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/). Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2026 – Rodrigo Martins de Oliveira Pregoeiro do Cefet/RJ.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 264/2026

OBJETO: contratação sistêmica, por Sistema de Registro de Preço, de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de climatização e refrigeração para as unidades Angra dos Reis, Itaguaí, Maracanã, Maria da Graça e Nova Friburgo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.002758/2026-91. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 20/10/2026, às 8h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 5/11/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Angra dos Reis/RJ, 20 de outubro de 2026. Felipe da Silva Terra – Pregoeiro Oficial.

PORSCHE

Bia Miranda e Gato Preto são condenados a indenizar vítimas

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Justiça de São Paulo condenou o influenciador digital Samuel Sant’Anna, conhecido como Gato Preto, e a influenciadora Bia Miranda ao pagamento de indenizações que somam R\$ 211 mil às vítimas de um acidente de trânsito ocorrido na Avenida Brigadeiro Faria Lima, na zona sul da capital paulista. A decisão foi proferida pelo juiz Gustavo Coube de Carvalho.

Em agosto do ano passado, o veículo de luxo Porsche conduzido por Gato Preto ultrapassou o sinal vermelho em alta velocidade e colidiu com o carro em que estavam o motorista Edilson Maiorano e seu filho, Ivan Bartalot. Com o impacto da batida, Ivan sofreu uma fratura na mandíbula e precisou de atendimento médico hospitalar.

Laudos periciais e toxicológicos anexados ao processo apontaram a presença de álcool etílico, MDA e THC no organismo do condutor no momento da colisão. O motorista e a acompanhante deixaram o local logo após o choque sem prestar socorro aos ocupantes do outro veículo.

Na esfera cível, a Justiça fixou que Gato Preto deverá pagar R\$ 100 mil por danos morais a Ivan Bartalot, R\$ 60 mil por danos morais a Edilson

Maiorano e cerca de R\$ 1,3 mil referente aos danos materiais comprovados nos autos.

Embora o magistrado tenha avaliado que Bia Miranda não teve responsabilidade direta sobre a condução do automóvel ou pela colisão em si, a influenciadora foi penalizada em razão de seus atos nas redes sociais após o episódio. Bia gravou e publicou vídeos no Instagram se referindo ao carro das vítimas de forma depreciativa e com termos debochados.

A defesa sustentou que o objetivo das gravações era apenas tranquilizar seus seguidores quanto ao seu estado físico, mas o argumento foi rejeitado pelo juiz, que entendeu ter havido exposição desnecessária das vítimas e ofensas. Diante disso, Bia Miranda foi condenada ao pagamento de R\$ 30 mil a Edilson e R\$ 20 mil a Ivan a título de danos morais.

Na área criminal, o Ministério Público denunciou Gato Preto por lesão corporal e omissão de socorro, além do agravante da condução sob efeito de substâncias psicoativas.

As defesas de Samuel Sant’Anna e de Bia Miranda ainda podem recorrer das condenações cíveis nas instâncias superiores do Tribunal de Justiça de São Paulo.

MARCELO AGUIAR

Deputado usava placas oficiais da Alesp em carro fora da frota

LEONARDO SIQUEIRA E ÍTALO LO RE/AE

O deputado estadual Marcelo Aguiar (PL) estava com placas oficiais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em um veículo que não faz parte da frota quando foi detido na madrugada ontem. O parlamentar foi levado para a delegacia após efetuar tiros dentro de uma casa noturna na região do Itaim Bibi, em São Paulo. Segundo a polícia, ele estava bêbado.

Conforme o portal de transparência do Poder Legislativo, a placa AL103 é destinada a um Toyota Corolla. Porém, o deputado utilizava um veículo da marca chinesa BYD. O portal ainda informa que a Alesp tem somente dois modelos de carro oficiais: o Corolla Toyota e Fiat FastBack.

Em nota, a Alesp disse ver o episódio "com preocupação" e que abriu uma apuração interna sobre o uso irregular.

Aguiar tem 53 anos e integra a chamada bancada evangélica da Alesp. Cantor sertanejo gospel, foi eleito vereador da capital em 2008 e deputado federal em 2010. Em 2022, concorreu a uma vaga na Alesp, mas ficou na suplência e assumiu o mandato em 2025, após Helinho Zanatta (PSD) ser eleito prefeito de Piracicaba.

Ainda de acordo com a presidência da Alesp, as deputadas estaduais Ediane Maria (PSOL) e Monica Seixas (PSOL) acionaram, nesta segunda-feira, 19, o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo para avaliar os recentes fatos envolvendo o deputado Marcelo Aguiar.

"Caberá agora ao Conselho

analisar a denúncia apresentada pelas parlamentares e seus desdobramentos", disse.

O QUE ACONTECEU?

Segundo o registro da ocorrência, Aguiar aparentava estar embriagado e teria incomodado frequentadores da festa. Ele foi advertido por homens que estavam no local quando a confusão se formou. Durante a movimentação, o deputado caiu com a arma e houve um disparo.

O apresentador Fred Bruno, do Globo Esporte, foi atingido de raspão. A informação foi confirmada pelo jornalista em vídeo publicado nas redes sociais.

"Eu ouvi o disparo e senti um impacto muito grande no meu pé ali, começou a latejar, começou a queimar, não tinha entendido muito bem o que tinha acontecido, mas eu estou bem, porém é algo muito sé-

rio", afirmou.

Após o disparo, a equipe de segurança retirou o deputado do local e o desarmou. O gerente da casa noturna acionou a Polícia Militar, que apreendeu a pistola Glock G42, calibre .380.

Registros da chegada à delegacia mostram Aguiar com dificuldade para sair da viatura e caminhar até o prédio, sendo auxiliado por policiais militares. Após prestar esclarecimentos, ele foi liberado em razão da imunidade parlamentar.

A Polícia Militar informou que o deputado tinha porte de arma válido. Além da pistola, um veículo utilizado por ele, identificado com placa oficial da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), também foi apreendido. O caso será investigado pela Polícia Civil no 15º Distrito Policial (Itaim Bibi).

FEMINICÍDIO

Médico ameaça matar a mulher e morre em troca de tiros com a PM

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O médico Luciano Lopes Pastor, de 52 anos, morreu em uma troca de tiros com a polícia no último domingo, após ameaçar matar a mulher. Ele tinha um arsenal de armas e um simulacro de uma granada nazista em sua casa, em Catanduva, no interior de São Paulo.

Segundo a polícia, a mulher de Luciano relatou em ligação ter sido ameaçada de morte pelo marido e alertou que ele estava armado e com comportamento agressivo. Ele teria ingerido bebida al-

coólica após um churrasco.

No início da ocorrência, a vítima estava na área externa da casa, enquanto o filho adolescente e a namorada continuavam dentro do imóvel com o pai e se abrigaram no banheiro de um dos quartos durante a ação.

Os agentes iniciaram o protocolo de negociação com o médico armado. Na tentativa do diálogo, Luciano apontou a arma na direção dos policiais e atirou, informou a polícia. Os policiais reagiram e balearam o médico, que não resistiu.

"Durante a varredura na residência, foram localizadas ou-

tras armas de fogo e munições acondicionadas em um cofre que se encontrava aberto, próximo ao local do confronto", disse a polícia.

De acordo com a pasta, o filho e a namorada foram retirados da casa sem ferimentos e entregues a uma das tias. A mulher do suspeito também não ficou ferida, mas foi levada a um hospital para atendimento.

Em seguida, o Grupo de Ações Táticas da Polícia Militar (GATE) foi acionado após os agentes avistarem um artefato explosivo/granada intacto. Segundo a polícia, após a análise

das imagens, não foram identificados indícios da presença de material explosivo.

Com base nas imagens radiográficas, nas características observadas e na dinâmica da ocorrência, foi constatado tratar-se de um simulacro/souvenir de granada de mão do tipo "Stick Hand", de origem alemã.

Luciano atuava como médico vascular e foi diretor-presidente da Associação Mahatma Gandhi, organização social de direito privado, sem fins lucrativos, que atende pacientes acometidos de problemas mentais e dependência química.

GREVE

Motoristas de ônibus fazem paralisação na zona sul de São Paulo

Motoristas de ônibus da capital paulista iniciaram uma paralisação na manhã de ontem, na zona sul da cidade, atingindo as linhas do Lote D10.

Esses trabalhadores atuavam na antiga Transwolff. No entanto, desde a decretação da caducidade do contrato com a empresa em dezembro de 2025, a SPTrans administra e opera as linhas dos lotes D10 e D11.

Os motoristas alegam a ocorrência de problemas trabalhistas e pedem a regularização dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, reivindicam melhoria nos benefícios.

Por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e da SPTrans, a prefeitura de São Paulo informou que a paralisação afeta 267 mil passageiros do lote D10 e que o lote D11 está operando normalmente.

A prefeitura alega que a paralisação é ilegal e que todos os direitos trabalhistas dos empregados



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

dos estão sendo cumpridos e que pagamentos de salários e benefícios estão sendo feitos em dia. "Os depósitos referentes ao INSS e FGTS estão sendo feitos integralmente pela SPTrans, em juízo, aguardando deliberação

do Judiciário", informou a prefeitura, em nota.

Segundo o município, o plano de saúde está em processo licitatório para contratar fornecedor, enquanto isso, os funcionários estão recebendo o valor de

compensação previsto em acordo coletivo.

"Todos os envolvidos que deixaram de trabalhar durante o ato terão o dia descontado de seus pagamentos", afirmou a prefeitura.

Nota

INCÊNDIO EM CAMINHÃO QUE BLOQUEOU PISTA EXPRESSA DA DUTRA DEIXA 1 FERIDO

Um acidente entre um caminhão e um carro deixou uma pessoa ferida e chegou a bloquear a pista expressa da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em Guarulhos, na Grande São Paulo. A colisão traseira foi seguida de incêndio na manhã de ontem. O incêndio foi controlado às 6h30. Às 6h36, duas faixas da pista expressa foram liberadas, mas a faixa da esquerda permaneceu

interditada. Após a liberação foram registrados 9 quilômetros de congestionamento no local. O acidente ocorreu no km 225,8, no sentido Rio de Janeiro. Segundo a concessionária Motiva, responsável pelo trecho, o Centro de Controle Operacional foi acionado às 5h39 para atender à ocorrência. Equipes de resgate da concessionária e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) prestaram socorro. O Corpo de Bombeiros também atuou na ocorrência. A vítima foi encaminhada ao Hospital da Polícia Militar.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA, DA 154ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda." conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGI"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2026, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a liberação extraordinária dos recursos excedentes à Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos até a data de verificação do PMT referente à Data de Pagamento de 22 de outubro de 2026 ("PMT out.2026"), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis a contar da data da aprovação da presente matéria na AGT; II. Aprovar previamente a liberação extraordinária dos recursos excedentes, a Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação da PMT out 2026 (exclusivo) e a data de verificação da Data de Pagamento de 23 de novembro de 2026 ("PMT nov.2026") (inclusivo), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis da data de verificação da PMT nov.26, conforme definido nos Documentos da Emissão. Fica consignado que as liberações extraordinárias tratadas na AGT ocorrem sem observância da cláusula 15.1.1, (viii), do Termo de Securitização, pela Devedora, sendo certo que tais inadimplimentos das Obrigações Garantidas pelos Srs. Titulares dos CRI em edital a ser publicado em até 30 (trinta) dias contados da realização da presente AGT. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Sinart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de outubro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA SÉRIE ÚNICA, DA 154ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 154ª emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do "Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Da Série Única Da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Impacto Bioenergia Alagoas S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de novembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da "Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira" ("CPR-F") e, consequentemente, a não realização do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de encaminha dos Demonstrações Financeiras do Devedor e dos Avalistas Pessoas Jurídicas, prevista na Cláusula 11.2, item (xviii), da CPR-F, observado o disposto na Cláusula 8.2, item (i), da CPR-F; (ii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, da CPR-F, disposto na Cláusula 8.1, item (ii), da CPR-F, e do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Despesas, prevista na Cláusula 14.4 do Termo de Securitização. Consignando - se o prazo adicional de 10 (dez) dias corridos, contados da data de realização da AGT, para que o Devedor e/ou os Avalistas promovam a recomposição do Fundo de Despesas até o Valor do Fundo de Despesas correspondente a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos da Cláusula 14.4 do Termo de Securitização, preservadas as demais obrigações previstas nos Documentos da Operação. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora ficam autorizados a praticar os atos e celebrar os instrumentos estritamente necessários à implementação das matérias efetivamente aprovadas, observados o escopo e os limites das deliberações, sem que tal autorização implique renúncia a direitos ou assunção de obrigações adicionais não expressamente deliberadas. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "AGT - CRA IMPACTO 154", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, devendo a Instrução de Voto ser recebida pela Emissora antes do início da AGT, acompanhada dos documentos de representação aplicáveis. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de outubro de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização.

Ação do PSD

Zanin pede parecer da PGR e AGU sobre 2º turno no Rio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin pediu ontem a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a ação que pede a realização de segundo turno para governador do estado do Rio de Janeiro. Com a decisão, os órgãos terão

prazo de cinco dias para enviar um parecer ao Supremo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também será ouvido. Zanin é relator da ação na qual o PSD, partido do candidato Eduardo Paes, pretende suspender a decisão do TSE que anulou os votos obtidos pelo candidato Anthony Garotinho (Republicanos) e determinou a retotalização dos votos para o cargo de governador do Rio de Janeiro.

A medida permitiu a eleição de Douglas Ruas (PL) no primeiro turno, por ter passado de 49,27% para 50,88% dos votos válidos. Para o PSD, a realização de segundo turno deve depender exclusivamente dos votos dos eleitores, não de “eventos processuais”. “A interpretação impugnada, contudo, mantém aberta outra via para o mesmo resultado: quem sabe que terá o registro

negado pode manter-se na urna, captar votos e aguardar que a anulação definitiva retire esses votos da base”, argumenta o partido. Após receber as manifestações, o relator deve decidir a questão. Em outra ação sobre o caso, Zanin já negou pedido da campanha de Paes para suspender a decisão do TSE que levou à vitória de Ruas no primeiro turno.

Maré

Moradores se mobilizam para divulgar locais de votação

“Pensei em todo momento em desistir”. A declaração é do fotógrafo Marlon Soares, morador do Complexo da Maré, conjunto de 16 comunidades onde moram cerca de 140 mil pessoas, na zona norte do Rio de Janeiro. Ele se refere à a dificuldade para conseguir votar no dia 4 de outubro, data do primeiro turno das eleições gerais. Marlon é um dos

quase 17 mil eleitores da Maré que tiveram o local de votação alterado este ano em relação à eleição de 2024. “Eu estou muito incomodado com essa decisão de mudança de local de votação”, disse à Agência Brasil. “Sempre votei lá, inclusive, é o mesmo local de votação da minha família. Era o melhor local para votar, por conta da fila, que não existia”, complemen-

ta ele, que relata ter encontrado “filas gigantescas” no novo endereço. “Me jogaram para outro bairro. Tive que pegar condução para chegar e fiquei mais de duas horas na fila para conseguir votar”, conta. Rejane Barcelos é moradora da Vila do João, uma das comunidades da Maré. Ela conta que costumava votar em uma escola perto de casa, mas que, este ano, foi direcionada para uma igreja, em outro bairro. “Lá não passa ônibus perto, não passa nada perto. Ainda bem que eu tinha um dinheirinho para pedir Uber”. Ela diz ainda que precisou enfrentar uma fila imensa sob sol for-

te. “Tinha um povo vindo da misa e outro indo votar. Um tumulto. Tive muita dificuldade para conseguir entrar e poder votar”, lembra.Troca de endereço em relação a 2024 A alteração do local de exercício do voto este ano para seis cargos, incluindo o de presidente, que terá segundo turno no próximo domingo, foi decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). As mudanças foram determinadas com o objetivo de retirar as seções eleitorais de áreas consideradas de alto risco ou dominadas pelo crime organizado.

Especial

Alta da energia pressiona inflação, eleva custos de produção e ameaça crescimento da economia global

POR REDAÇÃO

O aumento dos preços da energia tem ampliado os custos de produção, pressionado a inflação e reduzido as perspectivas de crescimento da economia mundial em 2026. O cenário foi destacado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), durante as reuniões anuais da instituição, realizadas em outubro, em Bangkok, na Tailândia. Segundo o organismo, a combinação entre energia mais cara, endividamento público e juros elevados representa um desafio para governos, empresas e consumidores, especialmente nos países que dependem da importação de combustíveis. De acordo com o relatório Perspectivas da Economia Mundial, divulgado pelo FMI em 13 de outubro, a economia global deve crescer 3,1% em 2026, antes de avançar 3,4% em 2027. A instituição também projeta inflação mundial de 4,7% neste ano, influenciada, entre outros fatores, pelo encarecimento da energia e dos alimentos. O impacto da energia sobre a atividade econômica ocorre em diferentes etapas da cadeia produtiva. A elevação dos preços do petróleo e da eletricidade aumenta as despesas com transporte, produção industrial e distribuição de mercadorias. Parte desses custos pode ser repassada aos consumidores, afetando o poder de compra das famílias e a demanda por produtos e serviços. Segundo Silvana Tenreiro, economista-chefe e diretora do Departamento de Pesquisa do FMI, o encarecimento da energia

e de outras commodities, provocado pelos conflitos internacionais, funciona como um choque de oferta, elevando preços e prejudicando a atividade econômica. “A economia global tem demonstrado resiliência, mas essa resiliência está sob pressão, com riscos inclinados para baixo”, afirmou a economista, em tradução de declaração feita durante apresentação do FMI.

Energia mais cara amplia pressão sobre dívidas públicas

Além dos efeitos sobre empresas e consumidores, a alta da energia também compromete as contas públicas. Segundo o FMI, a dívida pública mundial poderá ultrapassar 100% do Produto Interno Bruto (PIB) global até 2030, enquanto o aumento dos juros reduz a capacidade dos governos de financiar investimentos e políticas sociais. Entre fevereiro e setembro de 2026, o rendimento médio dos títulos públicos de dez anos dos países do G7 aumentou mais de um ponto percentual, atingindo o maior nível em quase duas décadas. O custo médio efetivo de financiamento dos governos deverá passar de 2,3%, em 2021, para 3,7%, em 2031. O diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Rodrigo Valdés, alertou que medidas generalizadas para conter os preços dos combustíveis podem ampliar os gastos públicos. Segundo ele, o custo fiscal dessas intervenções equivale a aproximadamente 0,5% do PIB mundial.

“Proteger as pessoas não é o mesmo que proteger o preço dos combustíveis”, afirmou Valdés, ao defender políticas temporárias direcionadas às famílias mais vulneráveis. Enquanto isso, a Agência Internacional de Energia (AIE) estima que a demanda mundial por eletricidade crescerá 3,6% em 2026 e 3,8% em 2027, impulsionada pela indústria, pelos veículos elétricos e pelos centros de dados. O avanço do consumo reforça a importância dos investimentos em geração e infraestrutura energética para sustentar a atividade econômica e reduzir a exposição às oscilações de preços.

Polícia Federal

Mulher e filho de Marcinho VP são presos em operação

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A empresária Márcia Gama Nepomuceno, mulher do traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, e mãe do rapper Oruam, foi presa pela Polícia Federal (PF) ontem, na Operação Backbone. Na ação, que visava desarticular uma estrutura ligada ao Comando Vermelho, também foi preso um outro filho do casal, Lucas dos Santos Nepomuceno.

Os dois estavam entre os alvos dos 23 mandados de prisão expedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Eles foram levados para a sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Até o início desta tarde, a PF tinha cumprido 20 mandados de prisão, o que inclui um contra o próprio Marcinho VP, que já cumpre pena na Penitenciária Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Em 2026, o traficante completou 30 anos de detenção. Segundo a PF, o grupo criminoso investigado impõe o monopólio do fornecimento de internet nos conjuntos de favelas do Alemão, na Penha, e do Chapadão, que se estende aos bairros da Pavuna, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Costa Barros e Guadalupe, na Zona Norte do Rio. De acordo com as investigações, o esquema alvo da operação utiliza empresas provedoras para lavar os recursos obtidos com a atividade.

Defesa

O advogado Flávio Fernandes, que defende Márcia, disse que não teve acesso aos autos da investigação e do processo e, por isso, não podia opinar sobre a prisão. “O que a gente sabe é que se trata de uma investigação, acredito que não seja processo, que investiga empresas que forneceriam sinais clandestinos de TV, de internet e que essas empresas repassariam valores para familiares da minha cliente”, informou à

Agência Brasil, por meio de áudio no WhatsApp, ressaltando que é advogado apenas de Márcia. Flávio Fernandes descartou o envolvimento de Márcia Nepomuceno neste esquema. “Márcia não tem nenhum envolvimento com empresas deste tipo de atuação. As empresas com o nome da Márcia são todas legalizadas. Ela emite notas, está em dia com o fisco, com as obrigações na Receita Federal. Essas empresas aí, Márcia desconhece. Não tem envolvimento com qualquer tipo de empresa clandestina de fornecimento de sinal de internet”, afirmou ainda no áudio.

Mandados de Busca

Além dos 23 mandados de prisão preventiva, havia 24 mandados de busca e apreensão também expedidos pelo STF. Os alvos estavam na capital fluminense e nos municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Magé, na Baixada Fluminense; Teresópolis, na Região Serrana; e Maricá, na Região Metropolitana do Rio. “Parte dos mandados de prisão será cumprida no sistema prisional, inclusive em unidade do Sistema Penitenciário Federal”, informou a PF. De acordo com a corporação, também foi determinado o bloqueio de bens e valores em até R\$ 558 milhões, alcançando 40 pessoas físicas e 42 empresas. A Justiça também ordenou a suspensão das atividades econômicas das pessoas jurídicas em questão, entre provedores de internet, produtoras de eventos, empresa de contabilidade e empresas de fachada que eram utilizadas pelo grupo nas práticas criminosas. A PF informou que a Operação Backbone se insere no âmbito da Força-Tarefa Missão Redentor II, iniciativa coordenada pela Polícia Federal.

O objetivo é “combater organizações criminosas atuantes no estado do Rio de Janeiro, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 635”.

SUS

Consultas por lesões pré-cancerígenas caem após vacinas contra HPV

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

As consultas por lesões pré-cancerígenas no colo do útero em adolescentes caíram quase 78% após o início da vacinação contra o HPV no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com pesquisa publicada na revista científica Human Vaccines & Immunotherapeutics, esta é mais uma evidência da eficiência e importância da imunizante. O papilomavírus humano, ou HPV, é o principal causador do câncer de colo do útero, que se desenvolve a partir de lesões não tratadas, as chamadas neoplasias intraepiteliais cervicais de alto grau. Ao prevenir a infecção pelo vírus, a vacinação contra o HPV também impede o surgimento das lesões que podem evoluir para câncer. Desde 2014, o SUS oferece a vacina contra o HPV para crianças e adolescentes do sexo feminino. A cobertura foi ampliada também para o sexo masculino em 2017. Atualmente, ela é aplicada na faixa etária dos 9 aos 14 anos. A pesquisa mostra que essa inclusão mudou radicalmente a incidências das lesões. Em 2011, 474 adolescentes

de 15 a 19 anos foram atendidas no SUS por causa da doença, número que subiu para 603 em 2015, logo após o início da vacinação. No entanto, a queda foi vertiginosa nos anos seguintes, passando para 299 consultas em 2019 e para 136 em 2023. A taxa de consultas a cada 100 mil adolescentes, indicador que equilibra as mudanças no tamanho da população, também caiu drasticamente de 7,1 em 2015 para 1,8 em 2023. Os pesquisadores salientam que esta é a única faixa etária que registrou quedas tão expressivas, o que coincide com o público vacinado em massa pelo SUS. Os pesquisadores também avaliaram as primeiras consultas por causa de outras infecções sexualmente transmissíveis, e identificaram um movimento contrário. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, a taxa de procura de serviços médicos saltou de 1,7 em 2015 para 10,8 em 2023. “Esse resultado reforça que a redução dos casos de lesões de alto grau entre as adolescentes provavelmente não é consequência de mudanças seculares na saúde sexual ou na utilização dos serviços de saúde”, avaliam.



MARCELLO CASAL/ABRASIL

PEIXE

Confira o que muda no licenciamento ambiental da aquicultura

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Os aqüicultores que cultivam peixe, crustáceos, moluscos, algas e outros seres vivos em ambientes controlados – como tanques e áreas delimitadas em rios e no mar –, terão novas regras de licenciamento ambiental a partir de abril de 2027.

Uma resolução aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e publicada na última sexta-feira modifica a forma como os empreendimentos são classificados e as regras para o licenciamento ambiental por porte de empreendimento e potencial poluidor.

Atualmente, os empreendimentos são classificados por área que ocupam e se produzem espécies nativas ou exóticas. Com as mudanças, o volume de produção vai determinar se o empreendimento é de pequeno, médio ou grande porte, variando conforme a espécie cultivada.

A forma como será o processo de licenciamento vai depender do porte associado ao potencial poluidor do sistema de cultivo adotado pelo empreendimento.

MODALIDADES

Na prática, poderão realizar o processo de Licença por Adesão e Compromisso (LAC) autodeclaratório, os pequenos empreendimentos. Caracterizados como baixo potencial poluidor, englobam tanto os que produzem em sistema aberto – que lança a água utilizada em rios e no mar – quanto os sistemas fechados.

Já os empreendimentos de médio porte poderão emitir a licença por LAC apenas se fizerem uso de sistema fechado de cultivo, com baixo potencial poluidor. Os empreendi-

mentos de médio porte com médio potencial poluidor, que fazem uso de sistema aberto de cultivo, terão que emitir o Licenciamento Ambiental Único (LAU).

Para esse grupo, os documentos exigidos são semelhantes aos do processo completo de licenciamento, mas a decisão sobre a análise se dá em uma única etapa.

Empreendimentos de grande porte com uso de sistema fechado com médio potencial poluidor, também poderão emitir o LAU.

Já os empreendimentos de grande porte com sistema aberto, e grande potencial poluidor, terão que passar pelo processo ordinário de licenciamento em três fases: licença prévia, de instalação e de operação.

Dois etapas do licenciamento podem ser aglutinadas em um processo bifásico, conforme o potencial poluidor da espécie cultivada. Por exemplo, o cultivo de algas em sistemas abertos tem menor risco de poluição do que de outras espécies como peixes, crustáceos e moluscos.

CASOS ESPECÍFICOS

O cultivo de espécies exóticas, alóctones (de outro habitat) ou híbridas não será considerado mais um fator que condiciona o procedimento do licenciamento, considerando que continuam obrigatórias as medidas específicas de prevenção e mitigação de potenciais impactos ambientais por escapes dessas espécies ao meio ambiente natural em que são cultivadas.

As novas regras não valerão para empreendimentos relativos à cultura de camarão em zona costeira, que são normatizados por instrumentos legais específicos.

pela legislação brasileira é uma média de 32 microgramas por metro cúbico ao longo de um dia.

No domingo, o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, informou que a força-tarefa que atua no enfrentamento aos incêndios florestais na região foi reforçada com a instalação de um Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em Manaus, e a adaptação de mais 5 aviões para combate ao fogo, somando 16 aeronaves que atuam na região.

Hoje, também está prevista a implantação de uma base da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para reforçar a assistência à população atingida pela poluição.

Também foram disponibilizados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) R\$ 14 milhões ao Governo do Amazonas para ações relacionadas à situação de emergência.

NADA A TEMER

Lula entrega hoje ao TSE pedido de abertura de sigilo

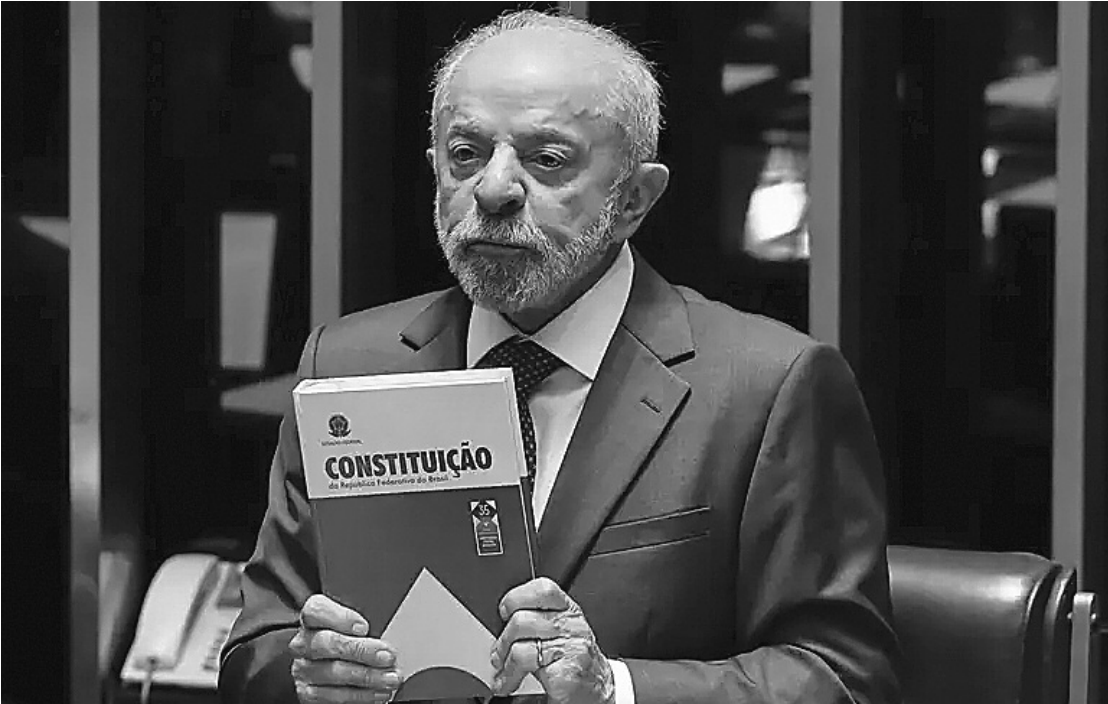
LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), candidato à reeleição (PT), disse que vai entregar hoje ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma autorização para quebra de seu sigilo telefônico e bancário e de sua família.

Lula também desafiou, o adversário, Flávio Bolsonaro (PL), a abrir seu sigilo bancário e fiscal. O desafio foi feito ontem em Porto Alegre onde Lula participou de um ato no Centro Histórico da cidade.

“Eu vou entregar isso amanhã, no Tribunal Eleitoral, na expectativa de que o candidato adversário apresente a abertura do seu sigilo, das suas empresas e da sua família. E por que que eu estou fazendo isso? Porque é preciso de uma vez por toda acabar com a história de ladrão ficar chamando gente honesta de ladrão”, disse.

Lula afirmou ainda que resolveu entregar o pedido de abertura dos cinco filhos – Fábio Luís, Lurian, Marcos, Sandro e Luís Claudio – devido ao fato de que em todas as disputas eleitorais ter sofrido com informações falsas e especulações a respeito da honra da sua família. "Fiz questão de colocar meus cinco



filhos porque toda eleição se inventa uma coisa contra minha família e eu resolvi não ficar quieto".

O desafio foi feito por Lula durante um pronunciamento à imprensa antes do ato, no centro de Porto Alegre. O tema surgiu durante o debate presidencial realizado no domingo (18), quando Lula questionou o patrimônio informado por Flávio Bolsonaro e propôs a abertura

das contas bancárias e sigilos telefônicos dos dois candidatos para análise antes da eleição.

“A única coisa que eu estou pedindo é que ele (Flávio Bolsonaro) tenha a coragem de provar que é honesto”, emendou. “Eu vou entregar na expectativa que ele entregue a dele e eu quero que a Justiça investigue e depois divulgue, para o povo brasileiro saber quem é ladrão ou quem não é ladrão neste país”,

desafiou. O ato, na tarde desta segunda-feira, reuniu milhares de apoiadores de Lula, que se concentraram no Largo dos Açorianos, localizado entre o bairro Cidade Baixa e o Centro Histórico. De lá, Lula participou de uma caminhada pela Avenida Borges de Medeiros até o centro. Durante o percurso, Lula escreveu em um cartaz a frase "abre o sigilo Flávio".

EDINHO SILVA

Uma das maiores contradições é Flávio falar de segurança pública

GABRIEL MÁXIMO E NAOMI MATSUI/AE

O coordenador da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e presidente nacional do PT, Edinho Silva, disse ontem, que o senador Flávio Bolsonaro (PL) não está apto para discutir segurança pública e expôs o que classificou como contradições do presidencialismo.

"Uma das maiores contradições dessa campanha é o Flávio Bolsonaro falar de segurança pública. Ele coloca um projeto de lei para ser votado para que não tenha numeração nas municiões. A pergunta que tem que se fazer é: a quem interessa o

não rastreamento das municiões? Evidente, interessa a quem compra munição ilegal, a quem usa munição para atividades ilegais", declarou o petista, em debate com o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência, senador Rogério Marinho (PL-RN), na GloboNews.

Edinho também repetiu a estratégia adotada por Lula no debate da Band na noite de domingo, e citou outros casos associados a Flávio, como a condecoração dada pelo senador, ainda como deputado estadual, ao miliciano Adriano da Nóbrega e por ter atuado como advogado de um policial militar suspeito

de ter disparado uma arma que matou uma criança, em Niterói (RJ), em 2021.

"Quem condecora miliciano não pode falar em segurança pública. Quem é contra pôr na prisão o assassino de uma criança de cinco anos não pode falar em segurança pública. Quem vota contra projeto de lei para impedir que policial agressor de mulher não ande armado não pode falar em segurança pública, nem tampouco em defesa dos direitos das mulheres", disse o petista.

Rogério Marinho, por sua vez, negou que Flávio seja o autor ou tenha apresentado emendas ao projeto que sugere retirar

a identificação de municiões compradas por órgãos de segurança pública. Apresentado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2019, o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no mesmo ano e está parado no Senado.

"A única ingerência do Flávio Bolsonaro foi ter defendido que o projeto como um todo, que tem mais de 40 itens, fosse votado. Então, foi colocado como se ele tivesse sido o autor de um projeto que retira a numeração do armamento para dificultar a sua rastreabilidade. Então há uma diferença fulcral entre um detalhe em quase 40 artigos e você especificar um único item", disse

QUEIMADAS

Incêndios avançam sobre o oeste do Pará e deixam ar insalubre

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Com 922 focos ativos, o Pará é o estado com mais ocorrências de incêndios florestais no país, de acordo com a plataforma Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No vizinho Amazonas, atualmente estão ativos 90 focos, após o estado ter registrado mais de mil pontos de fogo este mês.

Enquanto a qualidade do ar em Manaus, na manhã de ontem permanece classificada como insalubre, com índice de 153, segundo a plataforma IQAir; a cidade de Santarém, no oeste do Pará, registra o índice de 260, considerado muito insalubre.

A estação na cidade do Pará registrou concentração de 185 microgramas por metro cúbico de material particulado fino, um tipo de poluição inalável e muito prejudicial à saúde. O limite usado atualmente

pela legislação brasileira é uma média de 32 microgramas por metro cúbico ao longo de um dia.

No domingo, o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, informou que a força-tarefa que atua no enfrentamento aos incêndios florestais na região foi reforçada com a instalação de um Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em Manaus, e a adaptação de mais 5 aviões para combate ao fogo, somando 16 aeronaves que atuam na região.

Hoje, também está prevista a implantação de uma base da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para reforçar a assistência à população atingida pela poluição.

Também foram disponibilizados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) R\$ 14 milhões ao Governo do Amazonas para ações relacionadas à situação de emergência.

‘EXÉRCITO’ DESFALCADO

Janones poderá ter alta em 48 horas, diz boletim médico, após arritmia

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O deputado federal André Janones (Rede-MG) poderá ter alta em 48 horas, segundo boletim médico divulgado ontem pelo Hospital Vila Nova Star, na capital paulista.

Janones está internado em uma unidade de terapia intensiva (UTI) desde esta madrugada, quando apresentou uma arritmia cardíaca.

De acordo com os médicos, o quadro do deputado é estável e sua evolução clínica é positiva, com expectativa de alta hospitalar, caso não haja alterações.

"O paciente encontra-se clinicamente estável, sob monitorização cardíaca contínua, sem novos episódios de arritmia desde a internação. A evolução clínica é favorável", diz o texto do boletim.

O texto é assinado pelos médicos Ludhmila Abrahão Hajjar, Paulo Marcelo Gehm Hoff e Daniel Favarão Del Negro.

'EXÉRCITO DO LULA'

Antes da internação, o deputado federal havia acompanhado o debate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL),

na noite de domingo, na Rede Bandeirantes.

Janones chegou a publicar um vídeo em suas redes sociais analisando o debate, mas deu entrada na unidade de saúde às 2h da manhã.

O deputado coordena o canal "Exército do Lula", criado por ele para reforçar a campanha do presidente à reeleição. O canal já tem 5,4 milhões de seguidores.

Nota

META PREJUDICOU MUITO CAMPANHA DE LULA; NÃO DÁ PARA ELA ASSUMIR LADO NA ELEIÇÃO, DIZ EDINHO

O coordenador político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e presidente nacional do PT, Edinho Silva, disse ontem que a Meta, dona do Facebook, do WhatsApp e do Instagram, prejudicou a campanha petista e afirmou que a empresa não pode "assumir lado na disputa presidencial do Brasil". "A Meta prejudicou muito a campanha do presidente Lula, inclusive restringindo nossos conteúdos e liberando os do nosso adversário", disse durante o debate com o coordenador de campanha de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador Rogério Marinho (PL), promovido pela GloboNews. "Não dá para a gente enfrentar a Meta, que é uma empresa norte-americana, que tem interesses comerciais no Brasil, que não

quer que as redes sejam reguladas." Neste domingo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu um prazo de 24 horas para que a Meta apresente provas de que cumpriu as determinações da Corte sobre a distribuição de conteúdo político e a veiculação de anúncios eleitorais no segundo turno das eleições de 2026. A decisão foi proferida pelo ministro Marco Aurélio Bellizze e prevê o aumento da multa diária para R\$ 1 milhão caso a empresa não comprove o cumprimento integral das medidas dentro do prazo estipulado. Edinho voltou a defender uma regulação das redes sociais e disse haver muitos dados inexplicáveis envolvendo o setor. "Alguns conteúdos alcançam números exorbitantes que ninguém explica. Um influenciador do Flávio não pode ser mais influente do que a Beyoncé, que tem influência mundial. Algumas coisas são inexplicáveis", disse.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

TRANSPORTE PÚBLICO

Anuncia PEC para instituir tarifa zero nos fins de semana

FLÁVIA SAID
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repetiu que enviará ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para instituir a tarifa zero no transporte coletivo nos fins de semana e feriados. Segundo Lula, isso vai caminhar em conjunto com a redução da escala de trabalho 6x1, promulgada na semana passada, que vai prever, após o período de transição, dois dias de folga aos trabalhadores.

"De onde vai sair o dinheiro? Nós vamos tirar das emendas parlamentares. Vai ser uma briguinha com o Congresso Nacional, mas isso faz parte da democracia", disse Lula em sabatina ao SBT.

A equipe econômica calcula que o custo da medida seria entre R\$ 8 bilhões a R\$ 12 bilhões por ano. A ideia é que o texto vincule recursos de emendas parlamentares obrigatórias para zerar a tarifa nesses dias. Por isso, não haveria impacto fiscal

adicional, já que a medida usaria verbas que já são despesas obrigatórias no Orçamento. Os recursos seriam transferidos diretamente ao titular do sistema de transporte, que na maioria dos casos é uma prefeitura, mas há o caso especial do Distrito Federal.

SEGURANÇA PÚBLICA

Indagado sobre a mudança de posição no tema da redução da maioridade penal, Lula defendeu a possibilidade de mudar de opinião e disse ter sido convencido sobre esse tema. Ele recordou que na proposta de governo de Fernando Haddad na campanha de 2018 já se discutia a redução da maioridade penal.

"A extrema direita queria colocar 14 anos. Eu pedi para o meu líder que colocasse a questão dos 16 anos para crimes hediondos. Da mesma forma que nós achamos que um jovem de 16 anos pode votar, pode escolher seu presidente da República, pode dirigir, temos que dar a ele a responsabilidade também de ter um comportamento adequado", argumentou Lula. "Se



ABRASIL

ele cometeu um crime hediondo, ele tem que ser punido rigorosamente", completou

Sobre a "saidinha" dos presos - a saída temporária concedida a alguns detentos -, o candidato à reeleição voltou a defender o direito para crimes menores. "A questão da saidinha é um direito

de as pessoas conviverem em família", pontuou. Segundo ele, se os delitos não foram graves, é normal que haja indulto para vítimas a filhos, cônjuges e demais familiares. "Nós acreditamos na possibilidade de recuperar", emendou.

Lula também disse que, qualquer que seja o resultado das eleições, aprovada a PEC da Segurança Pública no Congresso, ele criará o Ministério da Segurança Pública. O petista voltou a explicar as diferentes competências de Estados, municípios e da União na segurança e defendeu que esses papéis sejam bem definidos. Sobre a atuação do Exército no combate à criminalidade, Lula disse: "Não é correto envolver as Forças Armadas para cuidar de bandido. As Forças Armadas têm que cuidar da defesa do nosso patrimônio, do nosso território".

No tema da saúde, Lula disse estar trabalhando para o melhor atendimento no combate ao câncer. Segundo ele, a meta é que, entre a consulta de identificação de câncer e o início do tratamento, não passe de 30 dias.

VOO PANORÂMICO

Justiça bloqueia bens de empresa por queda de helicóptero, no Rio

A 26ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro determinou a indisponibilidade de bens da empresa Voos Rio Panorâmico e Serviços Aeronáuticos, incluindo contas bancárias, investimentos, imóveis, veículos e participações societárias, até o limite de R\$ 10 milhões, acolhendo parcialmente pedido do Ministério Público Federal (MPF).

A medida judicial foi motivada pela queda de um helicóptero da empresa na Vista Chinesa, na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 8 de agosto, durante voo panorâmico comercial, que deixou quatro mortos.

Morreram no acidente o piloto, Alessandro Rocha, e três turistas colombianas da mesma família: a avó, Rocio Cubillos, a filha Wendy Manrique e a neta, Sofia Murillo, de 17 anos.

A ação movida pelo MPF pede o bloqueio de ativos financeiros, veículos e imóveis dos réus até o limite de R\$ 10 milhões, além da elaboração e execução do plano de recuperação ambiental.

O MPF também requer a condenação dos réus ao pagamento de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos ambientais, além da recuperação integral da área degradada.

Na decisão da última quinta-feira, a 26ª Vara da Justiça Federal também ordenou que a companhia e seu sócio-administrador elaborem, no prazo de 30 dias, um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com o objetivo de promover a restauração ecológica integral do local. Já o pedido de indenização será analisado no curso do processo.

Na ação, o MPF sustenta que a responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, não sendo necessário comprovar culpa, mas a relação entre a atividade desenvolvida e o dano ambiental. Nesse regime, não se aplicam, em regra, justificativas como caso fortuito ou força maior para afastar a obrigação de reparar

o dano.

A ação civil pública não abrange os direitos individuais das vítimas fatais do acidente e de seus herdeiros porque o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação em nome deles.

QUEDA

A colisão da aeronave contra o solo e a vegetação provocou uma explosão e um incêndio florestal de grandes proporções na Mata Atlântica, em área situada na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca. Segundo a perícia realizada, o fogo atingiu árvores a mais de cinco metros de altura e causou danos à fauna e à flora nativas do ecossistema protegido.

Além dos danos ambientais diretos e das mortes, o MPF ressaltou que a operação colocou em risco a vida, a integridade física e o patrimônio de milhares de pessoas que circulavam pela cidade na ocasião.

As provas apresentadas pelo MPF foram reunidas em procedimento preparatório próprio, em inquérito policial e em fiscalização presencial realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relatório da agência reguladora apontou falhas graves na gestão da segurança operacional da empresa, incluindo a inoperância do sistema de gerenciamento de segurança operacional, problemas no controle da fadiga dos tripulantes, ausência de placas de identificação do fabricante nas aeronaves e inconsistências nos registros de manutenção aeronáutica.

Diante das irregularidades identificadas, a Anac determinou a suspensão cautelar do Certificado de Operador Aéreo da empresa e a interdição de outras seis aeronaves de sua frota. Esses elementos, juntamente com os laudos periciais e as demais provas reunidas, fundamentam os pedidos apresentados pelo MPF na ação civil pública.

INDICAÇÕES

Lula diz que nunca pediu favores a ministros do STF

GABRIEL DE SOUSA
E FLÁVIA SAID/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou ontem em sabatina para o SBT que nunca pediu favores para ministros da Suprema Corte que foram indicados por ele.

"Nunca pedi um favor a um ministro da Suprema Corte. Nunca pedi e não vou pedir porque, quando eu indico uma pessoa ao cargo, é para ele cumprir o que está na Constituição e não para atender os interesses do presidente da República", disse Lula.

Na atual composição dos 11 ministros do STF, quatro foram indicados por Lula nos três mandatos dele: Carmen Lúcia, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Flávio Dino.

O presidente disse também que não teve desgastes políticos quando o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, foi rejeitado pelo Senado para ocupar a cadeira de Luís Roberto Barroso. Foi a

primeira vez em 132 anos que houve uma negativa do Legislativo.

"Não tive desgaste nenhum com a indicação do Messias, quem teve desgaste foi quem não aprovou, não fui eu. Eu indiquei um nome que, juridicamente, tem toda a competência para ser ministro da Suprema Corte", disse Lula.

Nos bastidores, o presidente considera que o resultado dele no primeiro turno da eleição foi diretamente afetado pela crise institucional no Supremo Tribunal Federal (STF) após a revelação de relações entre ministros e o banqueiro do Master, Daniel Vercaro.

Na sabatina desta segunda-feira, 19, Lula voltou a defender uma reforma no Poder Judiciário, pauta que ele adotou após o início da crise no STF. As medidas propostas por Lula são a escolha de magistrados a partir de um conselho composto por membros da sociedade civil e a estipulação de mandatos.

MUDANÇA SOB SUSPEITA

MP pede ao TSE divulgação ampla de mudanças em locais de votação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Ministério Público Eleitoral (MPE) enviou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido para que o tribunal determine a divulgação ampla das mudanças em mais de 400 locais de votação para o segundo turno das eleições, no próximo domingo.

A medida foi tomada após os

tribunais regionais eleitorais (TREs) informarem que cerca de 130 mil eleitores de 22 estados tiveram os locais de votação alterados.

O MPE pede que os eleitores sejam notificados pelo aplicativo E-título, pelos sites da Justiça Eleitoral e divulgação no rádio, TV e redes sociais.

O órgão também quer a fixação de cartazes nos antigos

locais de votação para informar ao eleitor a mudança de endereço.

"O segundo turno se realiza em 25 de outubro, intervalo reduzido para que o eleitor atingido tome conhecimento do novo endereço, de modo que potenciais efeitos das alterações devam ser mitigados por ampla divulgação, proporcional à exiguidade do tempo até o pleito e ao

número de pessoas impactadas", justificou o MPE.

De acordo com os TREs, as mudanças nos locais de votação ocorreram em função do impacto das chuvas, problemas de fornecimento de energia elétrica, riscos estruturais e para melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência. Novas alterações de endereço ainda podem ser determinadas.

Distrito Federal e mais 4 estados não tiveram locais de votação alterados

IARA BALDUINO/A BRASIL

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que Distrito Federal, Acre, Rio de Janeiro, Roraima e Santa Catarina não terão alterações nos locais de votação no segundo turno.

No entanto, Tocantins e Rio de Janeiro têm divergências entre as informações do TSE e dos tribunais regionais.

Enquanto o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins informa que não houve mudança de endereço de votação en-

tre o primeiro e o segundo turno, o TSE aponta mudança em duas seções na cidade de Itaguatins.

Por outro lado, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro indica uma alteração em local de votação no bairro de Brás de Pina, na zona norte da capital fluminense (seções 123, 124, 125, 126 e 127 da 188ª Zona Eleitoral), enquanto o TSE informa que no estado não teve mudanças de endereço de votação entre os dois turnos das eleições 2026.

ALTERAÇÕES

Os números oficiais do TSE desta segunda-feira (19) apontam mudanças no endereço de 444 seções eleitorais em 22 estados do país. Isso significa que 130 mil eleitores vão votar no dia 25 em local diferente do que votaram no primeiro turno.

A maioria dos eleitores afetados estão em Minas Gerais (29.715), Paraná (17.968) e Amapá (11.614). De sábado passado até esta segunda, o TSE alterou duas vezes o número de locais de votação que terão mudança

de endereço em todo o país. O Tribunal explica que as alterações são definidas pelos tribunais eleitorais dos estados (TREs) e que os números ainda podem mudar.

Na dúvida, tanto o TSE como os TREs orientam os eleitores a consultarem, com antecedência, o local de votação. Pelo aplicativo E-título, o eleitor deve acessar a opção "Onde Votar".

Também é possível fazer a consulta no Autoatendimento Eleitoral ou pelo assistente virtual ChatVote.

PROTESTO

Manifestação em São Paulo cobra neutralidade da Meta nas eleições

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Centenas de manifestantes protestaram no começo da noite de ontem, na região das sedes da Meta e do Google, na zona oeste de São Paulo.

Com o slogan "Meta, não se meta", os participantes apontaram censura nas participações de ativistas nas redes sociais, falta de neutralidade na mediação dos conteúdos e defesa de interesses próprios na gestão dos conteúdos e comunidades.

As entidades tentaram entregar um manifesto à Meta, responsável por plataformas como

Facebook, Instagram e WhatsApp, mas, segundo os organizadores, não foi permitido o protocolo do documento, que será encaminhado digitalmente, em ação de massa.

"O nosso pedido é por algo que deveria ser básico, pois ferramentas como essa acabam por sustentar todo um debate público. A gente pede que seja mais transparente, a gente pede que tenha lugares para monitorar e pessoas possam acompanhar, e que haja relatórios sobre o que eles estão fazendo", explicou a programadora Verônica Gimenez, que participou da or-

ganização do ato pela ONG Tra-vaHacker.

A soberania digital e popular também foi lembrada nas falas, com críticas à presença de grandes empresas de dados na gestão de parte dos sistemas de governo.

"Por essa ganância de monopólio, as empresas cometem abusos e não conseguem cumprir compromissos básicos de respeito ao nosso debate público e à nossa democracia. Por isso não é o primeiro e não será o último documento que direcionamos à empresa", complementou Gimenez.

A falta de proteção a grupos

minoritários e o fomento a discursos de ódio nos algoritmos também tiveram destaque, assim como a desigualdade no impulsionamento de conteúdos de direita, segundo alguns dos presentes.

"Fui banido, mesmo com ordem judicial favorável. Há 11 meses eles (Meta) não cumprem a liminar, desrespeitam as decisões do nosso sistema legal. Essas plataformas estão influenciando nas eleições de nosso país, essas empresas têm lado e não é o lado do povo", declarou o ativista Thiago Torres Santos, conhecido como Chavoso da USP.

CIVIS FEDERAIS

Trump determina a remoção da tecnologia DeepSeek de sistemas TI

O Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês) dos Estados Unidos determinou que agências civis federais removam de seus sistemas de tecnologia da informação a tecnologia de inteligência artificial (IA) desenvolvida pela empresa chinesa DeepSeek.

A ordem também proíbe futuras aquisições de produtos e serviços da DeepSeek, conforme um comunicado publicado pelo DHS. O comunicado não detalhou as preocupações de segurança que motivaram a decisão, nem estabeleceu um prazo para que as agências

removam a tecnologia em questão.

As restrições, amparadas na Lei de Segurança da Cadeia de Suprimentos em Aquisições Federais de 2018, abrangem produtos desenvolvidos por afiliadas da DeepSeek, bem como produtos e serviços de terceiros criados com base em implementações da DeepSeek.

A medida ocorre em um cenário de crescente competição entre os Estados Unidos e a China no campo da inteligência artificial, com desenvolvedores chineses buscando reduzir a vantagem de seus pares americanos.

UCRÂNIA

Trump pode se reunir com Xi e Putin para discutir fim da guerra

GEOVANNA HORA/AE

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou ontem, que o presidente americano, Donald Trump, poderá se reunir com os presidentes da China, Xi Jinping, e da Rússia, Vladimir Putin, no próximo mês, para discutir o fim da guerra na Ucrânia.

Durante uma conversa com jornalistas em Samarcanda, no Uzbequistão, Rubio foi questionado sobre uma matéria do jornal *The Wall Street Journal* que afirmou que Putin propôs, em uma conversa por telefone com Trump em 9 de outubro, uma cúpula em novembro com o republicano e Xi para negociar o fim da guerra na Ucrânia.

"Bem, não sei. Quer dizer, acho que houve conversas sobre uma reunião. Não sei se algo foi definido", respondeu o secretário americano. "Mas o presidente deixou claro que gostaria que a guerra entre Ucrânia e Rússia acabasse. Ele quer que essa guerra termine."

"Como vocês viram, temos nos envolvido repetidamente, ao longo de quase dois anos, na tentativa de promover ou facilitar o fim dessa guerra. E acho que o presidente está aberto a qualquer coisa que possa fazer para ajudar a pôr fim à guerra, se isso for possível. E continuaremos buscando oportunidades para fazer isso", acrescentou.

Rubio afirmou que, até agora, as negociações não avançaram como o esperado. "Até agora, obviamente, não fizemos o tipo de progresso que gostaríamos de ter feito, mas não foi por falta de tentativa, e o presidente continua muito comprometido com esse objetivo".

Segundo o *The Wall Street Journal*, que ouviu fontes familiarizadas com o assunto, sob condição de anonimato, o

presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, não seria convidado para a reunião.

Rubio também foi questionado sobre uma entrevista de Zelenski à emissora *NBC News*, na qual o presidente ucraniano afirmou que os EUA haviam bloqueado o compartilhamento de informações de inteligência por alguns dias, o que deixou Kiev sem visibilidade dos mísseis balísticos que se aproximavam.

"Não sei de onde (Zelenski) está tirando essas coisas nem por que está dizendo essas coisas à imprensa. Vocês deveriam voltar e perguntar a ele. Não houve nenhuma pausa", disse Rubio.

Após as declarações do secretário americano, o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha, afirmou que a reunião entre os líderes da Rússia, da China e dos EUA "incentivaria Putin a continuar esta guerra".

"Convidar Putin para uma reunião desse tipo alimentaria sua necessidade de engrandecimento pessoal e lhe conferiria um status que não merece. Ele não é um líder global; é um criminoso de guerra. E a Rússia não é uma potência global; é um problema global", escreveu Sybiha em uma publicação no X.

"Por qualquer critério pragmático ou moral, Putin não tem lugar à mesa com os presidentes Trump e Xi", acrescentou.

"A única coisa que poderia lhe garantir esse lugar seria um passo sério em direção à paz, como aceitar uma proposta de cessar-fogo antes de qualquer reunião desse tipo. Em vez disso, estamos vendo o oposto: a intensificação do terror contra civis. Enquanto continuar com esse terror, não deve haver lugar para ele em nenhuma mesa de negociação."

ESTUDANTES

França impõe toque de recolher para conter depredações

O primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, impôs toques de recolher em diversas regiões metropolitanas do país a partir da noite desta segunda-feira, para conter novos distúrbios e saques, depois de um fim de semana marcado pela violência entre manifestantes que protestam contra a falta de recursos na educação e o alto custo de vida.

Entre a noite de domingo e a madrugada desta segunda-feira, grupos de manifestantes incendiaram lixeiras, bicicletas e outros objetos nas ruas, além de saquear estabelecimentos comerciais em Paris, Lyon, Marselha e outras cidades. O episódio ocorreu após episódios de violência durante protestos realizados no sábado.

Desde o início dos protestos, no mês passado, já foram realizadas 110 marchas, que reuniram entre 550 mil e 800 mil manifestantes pela França. Pelo menos 2.400 pessoas foram detidas e 997 policiais ficaram feridos. Ao menos dois adolescen-

tes tiveram ferimentos graves, perdendo uma das mãos.

Na segunda-feira, as autoridades estimaram que, ao menos, 3.000 estabelecimentos comerciais foram danificados ou saqueados em diversas cidades durante a onda de violência do fim de semana.

Houve diversos relatos de saques a lojas e depredações a prédios públicos. Em Limoges, por exemplo, a prefeitura local foi incendiada.

"Pedi aos prefeitos (autoridades administrativas regionais) que decretassem vários toques de recolher esta noite - toques de recolher parciais", anunciou o chefe de governo de centro-direita após uma reunião de crise, sem especificar em quais locais a medida será aplicada.

A lista de cidades afetadas pela medida deve ser divulgada à tarde, após os prefeitos - representantes do governo nos diferentes departamentos franceses - conversarem com os prefeitos das regiões metropolitanas, detalhou ele.

Algumas medidas já foram anunciadas. Em Marselha, manifestações foram proibidas entre as 12h e as 20h desta segunda-feira; já a cidade de Denain, próxima à fronteira com a Bélgica, decretou um toque de recolher noturno até domingo.

VIOLÊNCIA

O governo está sob pressão para conter os distúrbios e saques que, no sábado, ofuscaram os protestos multitudinários contra o aumento do custo de vida - episódios que voltaram a ocorrer na noite de domingo.

O presidente francês, Emmanuel Macron, reconheceu ontem "falhas" na gestão policial dos distúrbios e solicitou "novos modos operacionais" para "dar fim aos fenômenos de barricadas e saques".

O ministro do Interior, Laurent Nuñez, indicou que esses toques de recolher não afetarão a partida de futebol da Liga dos Campeões prevista para terça-feira, entre Paris SG e Barcelona,

na capital francesa.

Lecornu descartou, por ora, decretar estado de emergência - medida solicitada pelo líder do partido conservador "Os Republicanos", Bruno Retailleau -, por considerar os toques de recolher "mais adequados".

"Como puderam chegar a esse ponto? Nada explica, nada justifica", disse um Macron sob pressão, que atribuiu os problemas a grupos de "extrema-esquerda" e delinquentes que se juntaram. Afirmou que as autoridades devem responder de maneira firme e com "toda transparência".

O presidente da França ainda afirmou que "Aqueles que destruíram devem pagar, aqueles que tentaram derrubar a República irão responder por isso." Pediu, no entanto, que os responsáveis pelos distúrbios não sejam confundidos com as centenas de milhares de pessoas que se manifestaram pacificamente no sábado contra o aumento do custo de vida.

Protestos da França se espalham para a Itália, Portugal e Albânia

Jovens têm saído às ruas em países de toda a Europa, incluindo Itália, Espanha, França, Portugal e Albânia, para protestar contra a sua insatisfação com o estado das escolas e a crise generalizada do custo de vida.

Na Itália, houve confronto entre manifestantes e a polícia no final de semana, além de depredações e saques a estabelecimentos comerciais nos arredores da central Praça do Duomo, em Milão.

Cerca de 70 pessoas foram presas.

A primeira-ministra Giorgia Meloni convocou uma reunião de segurança ontem, a fim de discutir a situação.

Na Espanha, ativistas foram às ruas em setembro em protesto contra os preços da habitação. Na ocasião, os protestos foram desencadeados pelo despejo de uma mulher de 87 anos de sua casa, após um fundo de investimento aumentar seu alu-

guel em 230%. Maricarmen Abascal morreu duas semanas depois, após ser internada no hospital.

Os manifestantes exigem aluguéis mais baixos, o fim dos despejos e a proibição da compra de imóveis por fundos de investimento.

Apelos semelhantes foram feitos do outro lado da fronteira ibérica, em Portugal, no sábado, com centenas de pessoas reuni-

das no centro de Lisboa. De acordo com dados oficiais, os preços da habitação em Portugal aumentaram 124% entre 2015 e 2024, aproximadamente o dobro da média da UE.

Na Albânia, os manifestantes protestam contra o primeiro-ministro, Edi Rama. Eles afirmam estar descontentes com a corrupção que percebem, a falta de empregos e os baixos padrões de educação.

EUA

Asiáticos estão desiludidos com Trump, e apoiam democratas

Uma nova pesquisa AP-NORC/AAPI Data indica que adultos asiático-americanos, nativos havaianos e habitantes das ilhas do Pacífico (AAPI) ficaram mais desiludidos com o presidente dos EUA, Donald Trump, e com os republicanos às vésperas das eleições legislativas de 3 de novembro de 2026, dando aos democratas vantagem em temas como economia e saúde. O levantamento foi realizado de 8 a 15 de setembro de 2026 por AAPI Data e pelo The Associated Press-NORC Center.

Cerca de um quarto dos adultos AAPI aprova o desempenho

geral de Trump, e apenas cerca de 2 em cada 10 aprovam sua condução da economia - justamente o assunto que a grande maioria desse eleitorado considera central para o voto. Aproximadamente 9 em cada 10 classificam a economia como um dos temas mais importantes da eleição e cerca de 8 em cada 10 dizem o mesmo do custo de vida. Saúde aparece em seguida, apontada por cerca de 7 em cada 10 dos entrevistados.

Já temas como política externa, crime, imigração, lisura eleitoral e clima ficam atrás por volta de metade ou menos dos interessados, dependendo do tema.

A aprovação econômica de Trump entre AAPI caiu cerca de 10 pontos percentuais ao longo do ano, e a visão favorável sobre ele teria recuado de cerca de 4 em 10 no fim de 2024 para cerca de 3 em 10 agora, segundo a pesquisa.

Embora os AAPI confiem mais nos democratas do que nos republicanos em várias áreas, a imagem do Partido Democrata segue dividida, sendo que 48% têm impressão desfavorável e 44% favorável. Já o Partido Republicano enfrenta rejeição maior: cerca de dois terços têm visão desfavorável e apenas cerca de um quarto o vê

como favorável.

A pesquisa também aponta preocupações com integridade eleitoral. Cerca de metade dos entrevistados vê como "grande problema" impedir que pessoas elegíveis votem, e cerca de dois terços consideram "grande problema" tentativas de governos estrangeiros de influenciar resultados. Cerca de metade também está muito preocupada com desinformação e disputas judiciais sobre o resultado.

Foram entrevistados 1.023 adultos integrantes do grupo AAPI, com margem de erro de aproximadamente 4,7 pontos percentuais.

Nota

TUFÃO CHAMPI SE INTENSIFICA PARA A CATEGORIA 5, MAS SE AFASTA DE TERRA FIRME

O tufão Champi passou do Pacífico ocidental para a Mar das Filipinas e se tornou um supertufão de categoria 5, com ventos máximo sustentados de 258 km/h, de acordo com o Serviço Meteorológico Nacional dos EUA, ontem. O tufão, no entanto, não está perto da terra firme. Champi passou anteriormente perto de Guam, e os governadores de Guam e das Ilhas Marianas do Norte solicitaram declarações de emergência sobre desastres na sexta-feira. O presidente dos EUA, Donald Trump, aprovou a declaração de emergência para Guam. A Agência Federal de Gerenciamento de Emergências disse que a assistência federal estava disponível para o território para complementar os esforços de resposta local. Enquanto isso, o furacão Trudy enfraqueceu para uma tempestade tropical na manhã de segunda-feira, depois de atingir partes da costa do Pacífico do México com chuvas e ventos.

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que "é hora de outra pessoa" negociar em nome da Ucrânia, ao criticar o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

Falando com repórteres antes de embarcar para um comício no Kansas, Trump argumentou que Zelensky não está ajudando a colocar um fim à guerra com a Rússia. "Ele deveria ter

feito um acordo há muito tempo", acrescentou. "Compartilhemos inteligência com Ucrânia; demos muito, mas eles não nos dão nada em troca".

O republicano ainda mostrou solidariedade com a Rússia, alegando que Moscou "fez muito pouco pelo Irã, e isso é positivo". Segundo ele, Moscou poderia ter feito muito mais para ajudar o regime de Teerã, mas não o fez.

Para Trump, a situação está favorável em relação ao Irã e ele

está negociando diesel com a Rússia. Perguntado sobre participar de uma reunião trilateral com o presidente chinês, Xi Jinping, e o líder russo, Vladimir Putin, ele respondeu que "está disposto" e que o encontro seria com base em uma agenda de desnuclearização.

"Conversaria com Xi Jinping sobre Ucrânia; Xi tem se mostrando justo em relação à Ucrânia", pontuou.

O mandatário também comen-

toou os recentes protestos em toda a Europa e argumentou que o continente "precisa fechar suas fronteiras e tirar as pessoas que odeiam seu país". Em sua visão, o presidente francês, Emmanuel Macron, está cometendo um grande erro e "Paris vai se tornar uma 'cidade muçulmana' muito em breve".

À respeito de uma reunião com o líder norte-coreano Kim Jong Un no próximo mês, ele disse: "Não tenho certeza se alguém está pedindo encontro".